



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

UNIDADE: Superintendência da Polícia Técnico-Científica

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 221/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica, número SIC em epígrafe, para nomeação dos aprovados no concurso público para perito criminal, edital PC – 1/2013 – novembro/2013.
2. A Superintendência respondeu que não é a responsável pelo certame, e que o pedido foge ao escopo do Serviço de Informação ao Cidadão, mantendo seu posicionamento em recurso hierárquico. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A análise do feito permite concluir que não se trata de pedido de informação, uma vez que o interessado não se insurge contra a decisão exarada no âmbito do procedimento de acesso à informação, mas apenas contra o modelo adotado para provimento de cargos vagos decorrentes de concurso público.
4. Necessário que se reconheça, porém, que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho adequado para a formulação de consultas, denúncias ou reclamações, tendo antes, por objetivo assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme as definições do artigo 4.º, incisos I e II, da Lei nº 12.527/2011: “I - *informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato*; II - *documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato*”.
5. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Controladoria Geral da União, asseverando que “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”.




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

(Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

6. Ante o exposto, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fulcro nos artigos 4º, I e II, e 11 da Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 9 de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO